



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

Fone/Fax: (53) 3257-1395

Fones: (53) 3257-2584 - 3257-1576 - 3257-2009 - 3257-1260

e-mail: camara_secretaria@prefeiturapiratini.rs.gov.br

RECEBIDO

Em 10/06/2014

Fábio Moraes de Moraes
DIRETOR

PROJETO DE LEI Nº 16/2014.

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO
PIRATINIENSE AO DEPUTADO FEDERAL
DIONILSO MATEUS MARCON.

15271/2014

VILSO AGNELO DA SILVA GOMES, Prefeito Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - É concedido "Título de Cidadão Piratiniense ao Deputado Federal Dionilso Mateus Marcon".



Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

POR
UNANIMIDADE

Gabinete do Prefeito Municipal de Piratini, em

AUTOR DO PROJETO


LOURENÇO SILVA DE SOUZA
VEREADOR DO PT


CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
PARECER FAVORÁVEL
EM 10 de 06/2014


REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
Em 10/06/2014

APROVADO
EM 10/06/2014

Presidente



JUSTIFICATIVA

Dionilso Mateus Marcon, nascido em Rondinha no Norte do Estado é Filho de Antônio Marcon e Célia Marcon pequenos agricultores, forjou sua militância no STR, na pastoral da Juventude da Igreja Católica em Ronda Alta, Diocese de Passo Fundo. Ingressou no Movimento Sem Terra, acampado por quatro anos, sentiu de perto, a necessidade de fazer avançar a luta pelas reformas agrária e urbana, pelo direito dos pequenos agricultores e trabalhadores urbanos. Foi presidente da Coceargs, dirigente do MST. É assentado desde 1994 em Nova Santa Rita. Elegeu-se deputado estadual em 1998 e se reelegeu por mais dois mandatos. Em 2006 ampliou sua votação para 53.154 votos. Em 2010 foi eleito deputado federal com 100.553 votos.

Defensor dos trabalhadores do campo e da cidade, dos movimentos sociais e dos direitos humanos.

Durante os seus 12 anos de atuação no parlamento gaúcho, foi voz ativa na denúncia contra o latifúndio e fomentou políticas em benefício das comunidades pobres. Marcon foi líder da bancada do PT e presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa por quatro anos, atuando na defesa dos direitos das minorias, da liberdade de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Nos seus três mandatos consecutivos, Marcon esteve sempre junto nas lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. Seu trabalho parlamentar é reconhecido pelos trabalhadores devido ao compromisso com as lutas sociais, pelo apoio ao movimento sindical, movimento comunitário, do movimento negro e quilombola, dos aposentados, dos servidores públicos, na defesa da reforma agrária e urbana, da agricultura familiar e direitos humanos.

Reformas agrária e urbana – Seu mandato sempre lutou pela democratização do acesso à terra no Brasil e por uma ampla política de reforma Agrária, associada a qualificação dos assentamentos, oportunizando uma melhor infraestrutura para os pequenos agricultores assentados do Rio Grande do Sul. Na defesa da reforma urbana, seu mandato sempre esteve presente nas lutas, apoiando às reivindicações dos trabalhadores para assegurar junto ao governo Lula e no RS pela regularização fundiária e moradia digna para famílias de baixa renda.

Agricultura Familiar – Marcon teve forte atuação na agricultura familiar, trabalhando para ampliar recursos para a produção, o custeio e o investimento nas pequenas propriedades rurais. O mandato também ajudou na articulação e fortalecimento da política da ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Conab que atuou em parceria com o programa Fome Zero, entidades sociais e comunitária e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.

Segurança Pública – Marcon também defendeu a valorização dos servidores da segurança pública, defendendo salários dignos e melhores condições de trabalho para os servidores da área. Além disso, Marcon denunciou a truculência dos governos anterior contra os movimentos sociais e servidores públicos.

Defesa dos Trabalhadores e Movimentos Sociais – O mandato de Marcon também sempre foi uma porta aberta às reivindicações da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, garantindo que suas reivindicações tivessem voz no parlamento. O mandato também foi firme, denunciando a criminalização dos movimentos sociais, e a ausência de políticas públicas para a classe trabalhadora, bem como a omissão dos governos anteriores nas áreas de reforma agrária, educação e saúde pública.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – Assembléia Legislativa

Dionilso Marcon presidiu a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos em duas oportunidades: de 2004 a 2006 e nos dois últimos anos. Nas duas ocasiões, promoveu diversas audiências públicas para tratar de temas relacionados à violação dos direitos humanos e buscar soluções para problemas que atingem, especialmente, a população pobre do nosso Estado. Ao todo, foram realizadas 84 audiências públicas e 124 reuniões ordinárias, 01 extraordinária, e 200 outros eventos organizados pela Comissão sob seu comando. Nestes quatro anos, a CCDH realizou mais de 7081 atendimentos à população e solicitações de providências às autoridades competentes. O deputado também coordenou a publicação de 04 edições do Relatório Azul, tradicional publicação na área dos direitos humanos, que faz um levantamento das violações cometidas no Rio Grande do Sul. O documento, que já está em sua 15ª edição, ganhou reconhecimento nacional e internacional.

Luta contra o modelo de pedágios do RS – Marcon teve atuação destacada na CPI dos Pedágios, que investigou distorções no modelo adotado pelo Rio Grande do Sul. Denunciou a discrepância entre a alta tarifa cobrada dos usuários e a baixa qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias. É de sua autoria o projeto de lei que prevê a realização de um plebiscito sobre a prorrogação do modelo de pedagiamento adotado pelo Estado.

Relação com o governo Lula – Junto com prefeitos e lideranças municipais, Marcon articulou investimentos federais que beneficiaram os municípios gaúchos.

Principais projetos – Assembléia Legislativa

Emenda Constitucional que obriga o Estado a pagar integralmente despesas hospitalares e de reabilitação a servidores da segurança pública feridos em serviço; **Emenda Constitucional** que reserva 10% dos assentos de veículos de transporte coletivo metropolitano e interurbano para idosos; Projeto de lei que proíbe o uso de herbicida contendo 2,4 Diclorofenoxicetico em sua fórmula; **Projeto de lei** que institui o Conselho Estadual de Biotecnologia; **Projeto de lei** que autoriza o Estado a subsidiar, integralmente, encargos das operações de crédito do Pronaf; **Projeto de lei** que prevê plebiscito para a concessão e o tipo de modelo das praças de pedágios no Rio Grande do Sul; **Projeto de lei** que incluiu o colete a prova de balas como parte integrante do uniforme de vigilantes.

Principais projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados

Dentre os projetos apresentados pelo deputado federal Marcon na Câmara dos Deputados destaca-se o **Projeto de Lei da Reforma Urbana (PL 4.288/12)**, que visa garantir aos Municípios a prioridade sobre aquisição de imóveis urbanos que forem à penhora, com o objetivo de destiná-los à reforma urbana. Marcon acredita que este projeto contribuirá e muito para atender as necessidades das populações sem teto das cidades. "É mais um tijolo na construção de uma sociedade justa", ressalta o parlamentar.

O mais recente projeto de Lei protocolado pelo Deputado Marcon refere-se ao **PL 6320/13** que termina com as emendas individuais indicadas pelos parlamentares (deputados e senadores) que todos os anos têm cerca de R\$ 15 milhões para indicação aos seus redutos eleitorais. Em tempo que se discute na Câmara a adoção do orçamento impositivo, ou seja, uma obrigação para que o executivo empenhe e pague todas as emendas dos parlamentares. O deputado Marcon apresenta um projeto de lei que institui a implantação da "emenda popular", ou seja, definida pelos municípios em audiência nas Câmaras de Vereadores e com a participação da sociedade civil.

Em tese, o projeto estimula a participação popular e que os municípios menores e que não possuem padrinhos políticos podem ter emendas no orçamento e termina com o "toma lá dá cá" entre parlamentares e prefeitos.

Outro projeto importante que está passando pela avaliação nas Comissões é o **PL 2588/2011**, que tem por objetivo que os gêneros alimentícios destinados a órgãos públicos, não só escolas, mas hospitais, presídios, casas de acolhimento, sejam comprados pelos governos federal, estadual municipal da agricultura familiar. "Esta é mais uma forma de impulsionar o desenvolvimento econômico para a permanência dos pequenos agricultores no campo, bem como garantir uma alimentação mais saudável para todos".

Na Comissão do trabalho o deputado Federal Marcon, apresentou o **PL 3739/2012** que dispõe sobre a falta justificada para aquisição, reparo ou manutenção de prótese ou aparelhos para acessibilidade de empregado com deficiência. Com essa iniciativa, pretendemos atender uma justa solicitação da CUT, no sentido de estender a todos os portadores de necessidades especiais que utilizam equipamentos e próteses o benefício vigente em acordo aditivo. Dessa forma, o relevante benefício conquistado por essa categoria profissional passa a constituir-se em um direito para os trabalhadores com deficiência que, embora com efetiva necessidade de ausentar-se do serviço, têm essas suas faltas abonadas apenas quando são favorecidos pela chefia. Enquanto isso, aqueles que não possuem o benefício e dependem de cadeira de rodas, aparelhos ortopédicos, aparelhos de surdez, bengalas, entre outros aparelhos, permanecem com restrição de acessibilidade ou com mobilidade reduzida.

Projeto de Lei da TV sem Violência, o PL 4802/2012, apresentado por Marcon tem por objetivo proibir a exibição de cenas de agressão física e verbal contra as mulheres em novelas, seriados e outros programas. "A televisão se tornou disseminadora da violência contra as mulheres, onde as crianças aprendem desde cedo que é normal a agressão e qualquer um pode fazer isso com suas esposas, companheiras e namoradas".

Por essas e outras, a identificação de Marcon tem marcado o nosso Município. A luta permanente para que Piratini fosse contemplado com a agência do INSS, intermediou a liberação de ônibus para transporte escolar, a extensão do ensino Médio no interior Colégio Adão Preto no 5º Distrito, sempre presente na luta em defesa da construção da nova Ponte do Costa, continuidade da RS 702, projeto asfáltico da RS 265 ligando Canguçu a Pinheiro Machado, aquisição de máquinas e equipamentos como: Patrôla, caminhão caçamba, patrulha agrícola, perfuração de poços artesianos, redes de distribuição de água no interior do Município entre outros.